



DESIGUALDADES RACIAIS NO ENSINO SUPERIOR: desafios à equidade acadêmica

Georgia Patrícia da Silva Ferko¹

Valtenir Soares de Abreu²

Antonia Pedrosa Vieira³

Resumo

Este trabalho promove uma reflexão crítica sobre o racismo estrutural e seus impactos nas condições socioeconômicas da população negra no Brasil, especialmente no acesso aos cursos de doutorado e aos cargos de docência nas universidades públicas, ainda marcados pela baixa representatividade. Com base na literatura antirracista, o estudo evidencia que as desigualdades raciais persistem no campo educacional, revelando barreiras históricas e institucionais que dificultam o ingresso, a permanência e a ascensão acadêmica de pessoas negras. Conclui que, apesar dos avanços conquistados por meio das lutas dos movimentos sociais e da implementação das políticas afirmativas, a presença negra nesses espaços ainda é reduzida, demonstrando a persistência das desigualdades raciais e a necessidade de fortalecer a luta por equidade e justiça social.

Palavras-chave: Educação; antirracismo; políticas públicas.

RACIAL INEQUALITIES IN HIGHER EDUCATION: challenges to academic equity

Abstract

This study promotes a critical reflection on structural racism and its impacts on the socioeconomic conditions of the Black population in Brazil, particularly regarding access to doctoral programs and teaching positions at public universities, which are still marked by low representation. Based on anti-racist literature, the study demonstrates that racial inequalities persist within the educational field, revealing historical and institutional barriers that hinder the access, permanence, and academic advancement of Black individuals. It is concluded that, despite the progress achieved through the struggles of social movements and the implementation of affirmative action policies, Black representation in these spaces remains limited, highlighting the persistence of racial inequalities and the need to strengthen the fight for equity and social justice.

Keywords: Education; anti-racism; public policies.

Artigo recebido em: 20/05/2026 Aprovado em: 21/08/2026

DOI: <http://dx.doi.org/10.18764/2178-2865v30nEpe30172>

¹ Doutora em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Maranhão. Professor Professorado quadro permanente do Programa de Pós-Graduação em Recursos Naturais – PRONAT, do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde – PROCISA, do Programa de Pós-Graduação em Transferência em Tecnologia para a Inovação – PROFNIT, todos sitina Universidade Federal de Roraima – UFRR. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0020-6557>

² Doutor em Linguística Aplicada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professor Substituto do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Roraima. Professor do quadro permanente do Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação Inclusiva – PROFEI. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0670-0932>

³ Graduada em Pedagogia, Mestre em Educação pela UFRR, Professora efetiva da educação pública da rede Estadual em Roraima, integrante do Movimento Negro Unificado e do NUMUR- Núcleo de Mulheres de Roraima. Orcid: <https://orcid.org/0009-0000-3629-5101>

1 INTRODUÇÃO

A equidade racial na educação tem ocupado espaço central nos debates acadêmicos e nas políticas públicas brasileiras, especialmente diante da permanência de desigualdades históricas que afetam a população negra no acesso, permanência e ascensão nos diferentes níveis de ensino. Embora o Brasil possua significativa diversidade étnico-racial e avanços normativos voltados à promoção da igualdade, as instituições educacionais ainda reproduzem assimetrias que refletem a presença do racismo estrutural nas relações sociais e institucionais. Nesse sentido, a educação torna-se um espaço de disputas, no qual práticas excludentes coexistem com movimentos de resistência e luta por reconhecimento e justiça social (Gomes, 2017; Munanga, 1999).

A formação social brasileira foi profundamente marcada pelo período escravocrata, cujos impactos permanecem presentes nas estruturas sociais contemporâneas. Após a abolição da escravidão, a ausência de políticas efetivas de inclusão e reparação contribuiu para a marginalização histórica da população negra, especialmente no campo educacional. Conforme destaca Kabengele Munanga, o mito da democracia racial e a ideologia do branqueamento contribuíram para invisibilizar as desigualdades raciais e naturalizar mecanismos de exclusão social e educacional (Munanga, 1999).

No campo educacional, as desigualdades raciais se expressam de diferentes maneiras, incluindo dificuldades de acesso, permanência, valorização e reconhecimento da população negra nos espaços de produção do conhecimento. A escola e a universidade, embora sejam espaços potencialmente transformadores, também podem reproduzir relações de poder e hierarquias sociais historicamente construídas. Para Nilma Lino Gomes, a educação brasileira ainda carrega marcas de uma estrutura excludente, na qual os sujeitos negros frequentemente enfrentam silenciamentos, estereótipos e processos de invisibilização de suas identidades e saberes (Gomes, 2017).

Além das desigualdades raciais, é importante compreender que as opressões presentes no campo educacional estão articuladas a outros marcadores sociais, como gênero e classe. A professora, filósofa e ativista estadunidense Angela Davis destaca que raça, classe e gênero constituem dimensões inseparáveis das relações de dominação, influenciando diretamente as experiências sociais e educacionais da população negra (Davis, 2016). Não é raro encontrarmos relatos de situações em que, para pessoas negras, a raça se apresenta como marcador principal, não obstante tantas outras possibilidades de análise da identidade (aquele negro que é professor, aquela negra que trabalha na universidade etc.) Nessa mesma perspectiva, no sentido de refletir sobre a importância de uma formação antirracista, bell hooks, uma das principais vozes na luta contra o racismo do nosso tempo, compreende a educação como prática de liberdade, defendendo uma

pedagogia crítica capaz de questionar estruturas opressoras e promover processos emancipatórios (Hooks, 2013).

Diante desse contexto, torna-se necessário ampliar as discussões sobre desigualdades raciais na educação, especialmente no que se refere aos espaços de maior prestígio acadêmico e científico. Assim, este estudo propõe uma reflexão crítica acerca das relações entre racismo estrutural, educação e equidade racial, buscando compreender como as desigualdades históricas continuam influenciando a trajetória educacional da população negra.

Não obstante, compreender as desigualdades na educação exige reconhecer que o racismo não se manifesta apenas em atitudes individuais, mas também em práticas institucionais que limitam oportunidades e reproduzem privilégios históricos. Outrossim, discutir equidade racial na educação implica reconhecer a necessidade de construção de práticas pedagógicas antirracistas e de políticas públicas comprometidas com a democratização do ensino.

2 A ORGANIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS EM PROL DA EQUIDADE RACIAL NA EDUCAÇÃO

Os movimentos sociais desempenham papel fundamental na construção e ampliação dos direitos sociais, políticos e educacionais, constituindo-se como importantes instrumentos de participação democrática e transformação social. No Brasil, esses movimentos ganharam maior visibilidade ao longo do século XX, especialmente diante das desigualdades estruturais produzidas por processos históricos de exclusão econômica, racial e cultural. Conforme argumenta Maria da Glória Gohn, os movimentos sociais contemporâneos atuam não apenas na reivindicação de direitos, mas também na produção de identidades coletivas, saberes e formas de resistência política (Gohn, 2011).

A exclusão histórica da população negra dos espaços educacionais está diretamente relacionada à formação social brasileira e às consequências do período escravocrata. Após a abolição da escravidão, em 1888, a ausência de políticas públicas reparatórias contribuiu para a permanência das desigualdades raciais no acesso à escolarização e aos espaços de poder.

Para Kabengele Munanga, a ideologia da democracia racial contribuiu para invisibilizar práticas discriminatórias e dificultar o reconhecimento do racismo como elemento estruturante da sociedade brasileira (Munanga, 1999). Por falta de uma formação na perspectiva do letramento racial, certas falas ainda são proferidas como se fossem positivas, quando, na verdade, reforçam estereótipos racistas e pensamentos segregacionistas. Um exemplo disso é a prática adotada por algumas pessoas, de afirmar que “somos todos iguais”, ou seja, uma afirmação aparentemente inocente, mas que precisa ser problematizada, pois desconsidera a luta, as dores e os constantes apagamentos enfrentados pelas

peessoas negras no processo histórico, sobretudo do Brasil. Nessa perspectiva, é válido afirmar que, se não forem encaradas com a devida seriedade, as desigualdades continuarão avançando dentro do campo educacional, ainda que, de acordo com os estudiosos com os quais dialogamos, estas não podem ser compreendidas apenas por uma dimensão (qual seja a econômica, por exemplo), mas devem ser analisadas como resultado de processos históricos de exclusão racial e social.

No campo educacional, os movimentos sociais passaram a reivindicar não apenas o acesso da população negra à escola, mas também a valorização de identidades, culturas e saberes historicamente marginalizados. Segundo Nilma Lino Gomes, o movimento negro educador desempenha importante papel na construção de práticas pedagógicas antirracistas e na problematização das relações raciais dentro das instituições de ensino (Gomes, 2017). A autora destaca que a educação constitui espaço estratégico tanto para a reprodução das desigualdades quanto para a construção de processos emancipatórios voltados à justiça social e ao reconhecimento da diversidade étnico-racial.

A organização política do movimento negro ganhou maior força com a criação do Movimento Negro Unificado, que passou a denunciar publicamente o racismo estrutural e reivindicar ações concretas do Estado no enfrentamento das desigualdades sociais e educacionais. Conforme destaca Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, as lutas do movimento negro foram fundamentais para inserir a temática racial na agenda educacional brasileira, promovendo debates sobre currículo, formação docente e valorização da história e cultura afro-brasileira (Silva, 2007).

Entre as principais conquistas alcançadas pelos movimentos sociais destaca-se a promulgação da Lei nº 10.639/2003, que tornou obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na educação básica. A legislação representou importante avanço no reconhecimento das contribuições históricas e culturais da população negra para a formação da sociedade brasileira. Entretanto, como observa Gomes (2011), a implementação da lei ainda enfrenta desafios relacionados à formação de professores, à produção de materiais didáticos e à permanência de práticas pedagógicas eurocêntricas.

Outro importante avanço refere-se à implementação das políticas de ações afirmativas no ensino superior brasileiro. As políticas de cotas raciais nas universidades públicas representam resultado direto das reivindicações históricas do movimento negro e ampliaram significativamente o acesso da população negra ao ensino superior. Segundo Sueli Carneiro, as ações afirmativas constituem mecanismos de reparação histórica e democratização do acesso aos espaços historicamente ocupados por grupos privilegiados (Carneiro, 2011).

A atuação dos movimentos sociais também contribuiu para ampliar o debate sobre interseccionalidade no campo educacional. Angela Davis destaca que raça, gênero e classe operam de

maneira articulada na produção das desigualdades sociais (DAVIS, 2016). No contexto educacional brasileiro, essa perspectiva permite compreender que estudantes negros, especialmente mulheres negras, enfrentam múltiplas formas de exclusão que atravessam sua trajetória escolar e acadêmica. Nessa mesma direção, bell hooks compreende a educação como prática de liberdade, defendendo pedagogias críticas voltadas à emancipação e ao reconhecimento de sujeitos historicamente silenciados (hooks, 2013).

Nos últimos anos, os movimentos sociais passaram ainda a utilizar as tecnologias digitais como ferramentas de mobilização política e fortalecimento das pautas antirracistas. As redes sociais ampliaram a circulação de narrativas negras, fortaleceram denúncias de discriminação racial nas instituições educacionais e contribuíram para a formação de redes de apoio entre estudantes, pesquisadores e docentes negros. Conforme analisa Djamila Ribeiro, os espaços digitais têm possibilitado maior visibilidade às discussões sobre racismo estrutural e democratização do conhecimento, fortalecendo vozes historicamente marginalizadas (Ribeiro, 2019).

Portanto, a organização dos movimentos sociais em prol da equidade racial na educação representa uma importante estratégia de enfrentamento das desigualdades históricas produzidas pelo racismo estrutural. As conquistas alcançadas nas últimas décadas demonstram a relevância da atuação coletiva na formulação de políticas públicas e na construção de práticas pedagógicas antirracistas. Esse movimento é fundante para refletir sobre a ascensão intelectual dos negros nos espaços de poder ligados à educação, sobretudo no ensino superior.

3 A (IN)VISIBILIDADE DOS INTELECTUAIS NEGROS NA ACADEMIA

A discussão sobre a presença da população negra na universidade brasileira ultrapassa o debate acerca do acesso ao ensino superior, envolvendo também as formas institucionais e simbólicas de exclusão que atravessam a produção do conhecimento científico. Embora as políticas afirmativas tenham promovido avanços importantes nas últimas décadas, a estrutura universitária brasileira ainda apresenta profundas desigualdades raciais, especialmente nos espaços de maior prestígio acadêmico, como os programas de pós-graduação, os grupos de pesquisa e os cargos de docência universitária.

Nesse cenário, a invisibilidade dos intelectuais negros constitui uma das expressões mais persistentes do racismo estrutural, manifestando-se tanto na baixa representatividade quanto na deslegitimação de epistemologias e produções científicas negras. Dados recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística apontam que, apesar do crescimento da presença negra no ensino superior após a implementação das políticas de cotas, ainda permanecem desigualdades significativas entre estudantes brancos e negros nos níveis mais elevados da educação.

Segundo a Síntese de Indicadores Sociais do IBGE (2023), pessoas negras representam maioria da população brasileira, porém continuam sub-representadas nos cursos de pós-graduação *stricto sensu* e nos espaços de pesquisa científica. Além disso, levantamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES, 2022) demonstra que a presença de docentes negros nos programas de pós-graduação ainda é reduzida, especialmente em áreas de maior prestígio acadêmico, como medicina, engenharias e ciências exatas. Essa realidade evidencia que o ingresso no ensino superior não garante igualdade de condições para permanência, reconhecimento e ascensão acadêmica. Conforme argumenta Nilma Lino Gomes, o racismo institucional nas universidades opera por meio de práticas muitas vezes naturalizadas, que silenciam trajetórias negras e mantêm a hegemonia de referenciais eurocêntricos na produção do conhecimento (Gomes, 2017).

A autora ressalta que a universidade brasileira historicamente foi construída como espaço elitizado e racialmente excludente, dificultando o reconhecimento da população negra como sujeito legítimo da produção científica. Essa discussão dialoga diretamente com as reflexões de Kabengele Munanga, ao afirmar que o racismo brasileiro opera também pela negação simbólica da intelectualidade negra.

Para Munanga (1999), a permanência do mito da democracia racial contribuiu para invisibilizar desigualdades históricas e reforçar a ideia de neutralidade das instituições acadêmicas, quando, na realidade, essas instituições reproduzem hierarquias raciais presentes na sociedade. Nesse sentido, a ausência de intelectuais negros em posições de destaque não representa falta de capacidade intelectual, mas resultado de processos históricos de exclusão e apagamento epistemológico.

No campo da produção científica, a invisibilidade negra também se manifesta na seleção de autores, teorias e metodologias consideradas legítimas pela academia. Sueli Carneiro denomina esse processo de epistemicídio, entendido como a negação sistemática dos saberes produzidos por grupos racializados e a desvalorização de suas experiências como fontes legítimas de conhecimento (Carneiro, 2005). A predominância de referenciais eurocêntricos nos currículos universitários reforça uma lógica acadêmica que marginaliza intelectuais negros e limita a pluralidade epistemológica necessária à compreensão da realidade brasileira.

As contribuições de bell hooks também são fundamentais para compreender a universidade como espaço de disputas simbólicas e políticas. Para hooks (2013), a educação deve ser concebida como prática de liberdade e emancipação, rompendo com estruturas pedagógicas que silenciam sujeitos historicamente marginalizados. A autora argumenta que a ausência de diversidade nos espaços acadêmicos compromete não apenas a inclusão social, mas a própria qualidade da produção do conhecimento. Essa perspectiva aproxima-se das reflexões de Patricia Hill Collins, ao

defender que mulheres negras historicamente produziram conhecimentos críticos fundamentais, embora frequentemente deslegitimados pelas estruturas tradicionais de autoridade científica (Collins, 2019).

No contexto da pós-graduação, os desafios tornam-se ainda mais evidentes. Estudos recentes de Joaze Bernardino-Costa e Nelson Maldonado-Torres (2020) apontam que estudantes negros enfrentam maiores dificuldades de permanência acadêmica devido à combinação entre desigualdades econômicas, racismo institucional e ausência de redes de apoio intelectual. Além disso, pesquisas desenvolvidas por Rosana Heringer (2021) demonstram que estudantes negros na pós-graduação frequentemente relatam experiências de isolamento, subestimação intelectual e invisibilidade em grupos de pesquisa e espaços de decisão universitária.

A baixa representatividade negra entre docentes universitários também revela a persistência das desigualdades raciais no ensino superior brasileiro. Dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2022) indicam que professores negros ainda constituem minoria nas universidades públicas, especialmente nos cargos de maior prestígio acadêmico e gestão universitária. Essa sub-representação produz impactos significativos na formação discente, uma vez que limita referências acadêmicas negras e dificulta a construção de ambientes institucionais mais diversos e inclusivos.

As reflexões de Angela Davis contribuem para ampliar esse debate ao demonstrar que raça, gênero e classe operam de maneira articulada na produção das desigualdades sociais (Davis, 2016). Mulheres negras na academia enfrentam processos ainda mais complexos de exclusão, sendo frequentemente submetidas à sobrecarga de trabalho, ao questionamento de sua competência intelectual e à invisibilidade institucional. Essa perspectiva dialoga com o conceito de interseccionalidade formulado por Kimberlé Crenshaw, ao evidenciar que as experiências acadêmicas da população negra não podem ser compreendidas de maneira homogênea, pois diferentes marcadores sociais atravessam essas trajetórias.

Nesse contexto, Frantz Fanon contribui para compreender os impactos subjetivos do racismo sobre os sujeitos negros inseridos em instituições historicamente excludentes. Para Fanon (2008), o colonialismo produz não apenas exclusão material, mas também processos de inferiorização simbólica que afetam o sentimento de pertencimento e reconhecimento social. No ambiente universitário, isso pode se manifestar por meio da autocensura, da necessidade constante de validação intelectual e da dificuldade de inserção em espaços de prestígio acadêmico.

Consubstancialmente, a invisibilidade dos intelectuais negros na academia não deve ser compreendida como ausência de produção científica, mas como resultado de estruturas históricas que definem quais sujeitos possuem legitimidade para produzir conhecimento. Romper com essa lógica

exige não apenas a ampliação das políticas de acesso à educação superior, mas também a transformação dos currículos, das práticas pedagógicas, dos critérios de validação científica e das estruturas institucionais que continuam reproduzindo desigualdades raciais. Contudo, observa-se que esses modelos excludentes ainda permanecem fortemente presentes nos processos acadêmicos, desde as formas de ingresso e permanência na pós-graduação até os mecanismos de seleção, reconhecimento e ascensão à docência universitária.

4 ESTEREÓTIPOS E PRECONCEITOS NA AVALIAÇÃO ACADÊMICA: desafios para a diversidade

A avaliação acadêmica ocupa posição central nas instituições de ensino superior, uma vez que define critérios de reconhecimento intelectual, legitimidade científica e ascensão profissional. Em tese, os processos avaliativos são apresentados como neutros, técnicos e fundamentados na meritocracia. Entretanto, diferentes estudos têm demonstrado que a universidade brasileira ainda reproduz desigualdades raciais históricas por meio de mecanismos institucionais muitas vezes sutis e naturalizados, que influenciam desde o ingresso na pós-graduação até concursos docentes, concessão de bolsas, produção científica e ocupação de cargos de prestígio acadêmico. Nesse contexto, os estereótipos e preconceitos raciais atuam como elementos estruturantes dos processos de validação do conhecimento, comprometendo a construção de uma universidade efetivamente plural e democrática.

Pesquisas recentes realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2023) e pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2022) evidenciam que, embora tenha ocorrido ampliação do acesso da população negra ao ensino superior após a implementação das políticas afirmativas, persistem desigualdades significativas nos espaços de pós-graduação e docência universitária. A baixa presença de docentes negros, especialmente em cargos de liderança acadêmica e em programas de pós-graduação stricto sensu, demonstra que os mecanismos de exclusão não se encerram no acesso à universidade, mas continuam operando ao longo da trajetória acadêmica.

Essas desigualdades se manifestam frequentemente por meio de práticas veladas de discriminação, difíceis de identificar formalmente, mas perceptíveis na experiência cotidiana de estudantes e pesquisadores negros. Conforme argumenta Nilma Lino Gomes, o racismo acadêmico atua de maneira silenciosa, naturalizando processos de exclusão simbólica que afetam o pertencimento, a autoestima intelectual e a legitimidade da produção científica negra (Gomes, 2017). A autora destaca que a universidade brasileira ainda opera sob padrões eurocêntricos de validação do

conhecimento, nos quais determinados sujeitos são historicamente reconhecidos como produtores legítimos de ciência, enquanto outros permanecem constantemente submetidos à suspeita de incompetência.

Nesse cenário, os estereótipos raciais exercem influência direta sobre os processos avaliativos. Estudos desenvolvidos por Rosana Heringer (2021) demonstram que estudantes negros frequentemente relatam experiências de deslegitimação intelectual, tratamento diferenciado em bancas acadêmicas e menor reconhecimento de suas capacidades científicas. Essas práticas se expressam, por exemplo, na maior exigência de comprovação de competência, no questionamento recorrente da autoria intelectual e na resistência à valorização de pesquisas relacionadas às questões raciais. Ainda que muitas dessas ações não ocorram de forma explícita, elas reforçam estruturas institucionais de exclusão e dificultam a permanência qualificada da população negra nos espaços acadêmicos.

As reflexões de Frantz Fanon contribuem significativamente para compreender os impactos subjetivos dessas experiências. Em *Pele negra, máscaras brancas*, Fanon (2008) demonstra que o racismo produz processos contínuos de inferiorização simbólica, levando sujeitos negros a desenvolver sentimentos de inadequação, autocensura e necessidade constante de validação. No ambiente universitário, essas dinâmicas aparecem em situações nas quais estudantes e pesquisadores negros sentem-se pressionados a comprovar permanentemente sua competência intelectual diante de estruturas historicamente excludentes. Assim, o racismo acadêmico não atua apenas no plano material, mas também na constituição subjetiva e emocional dos sujeitos.

A crítica desenvolvida por bell hooks amplia essa discussão ao compreender a educação como espaço simultâneo de reprodução e enfrentamento das desigualdades sociais. Para hooks (2013), a permanência de epistemologias eurocêntricas e a ausência de diversidade entre docentes e avaliadores contribuem para a manutenção de práticas pedagógicas excludentes. Quando a produção intelectual negra é considerada periférica ou secundária em relação aos referenciais tradicionais, a avaliação acadêmica deixa de operar apenas como instrumento técnico e passa a funcionar como mecanismo de controle simbólico e silenciamento epistemológico.

Essa discussão aproxima-se do conceito de epistemicídio formulado por Sueli Carneiro, entendido como a negação sistemática da capacidade intelectual da população negra e a deslegitimação de seus saberes (Carneiro, 2005). No contexto universitário, o epistemicídio manifesta-se na ausência de autores negros nos currículos, na baixa valorização de pesquisas sobre relações raciais e na resistência institucional à incorporação de epistemologias negras como referenciais científicos legítimos. Dessa forma, os processos avaliativos reproduzem hierarquias raciais ao estabelecer critérios aparentemente neutros, mas profundamente atravessados por relações históricas de poder.

A perspectiva interseccional também se mostra fundamental para compreender os desafios enfrentados por sujeitos negros na academia. Kimberlé Crenshaw demonstra que raça, gênero e classe operam de maneira articulada na produção das desigualdades sociais (Crenshaw, 1989). No ensino superior, mulheres negras frequentemente enfrentam formas mais intensas de invisibilização, sendo submetidas simultaneamente ao racismo e ao sexismo institucional. Angela Davis reforça essa compreensão ao argumentar que as opressões sociais não podem ser analisadas isoladamente, pois as estruturas de dominação se inter-relacionam e intensificam experiências de exclusão (Davis, 2016).

Além das relações interpessoais, os processos velados de exclusão também se manifestam nas estruturas institucionais das universidades. Pesquisas recentes de Joaze Bernardino-Costa (2020) demonstram que pesquisadores negros permanecem sub-representados em editais de financiamento, grupos de pesquisa consolidados e redes de internacionalização científica. Essa dinâmica contribui para limitar trajetórias acadêmicas e reforçar a concentração de prestígio científico em grupos historicamente privilegiados. A ausência de diversidade nas bancas avaliadoras, nos programas de pós-graduação e nos espaços de gestão universitária reforça a permanência de critérios seletivos marcados por vieses raciais implícitos.

Nesse contexto, Patricia Hill Collins argumenta que a exclusão de intelectuais negros compromete não apenas a justiça social, mas também a qualidade da própria produção científica (Collins, 2019). Para a autora, diferentes experiências sociais produzem diferentes formas de interpretar a realidade, tornando a diversidade epistemológica elemento indispensável para a construção de uma ciência crítica e socialmente comprometida. Quando a universidade silencia determinadas vozes, ela restringe suas possibilidades de compreensão da realidade e fortalece estruturas históricas de desigualdade.

5 CONCLUSÃO

A presente pesquisa desenvolveu uma análise crítica acerca dos impactos do racismo estrutural nas condições socioeconômicas da população negra no Brasil, com ênfase no acesso, permanência e reconhecimento acadêmico nos cursos de doutorado e nos espaços de docência das universidades públicas, historicamente marcados pela baixa representatividade racial. Ao longo do estudo, evidenciou-se que as desigualdades raciais no ensino superior não constituem fenômenos isolados ou circunstanciais, mas expressões de processos históricos profundamente vinculados à formação social brasileira e continuamente reproduzidos pelas estruturas institucionais e educacionais.

Os resultados da discussão demonstraram que, embora as políticas afirmativas tenham promovido avanços significativos na ampliação do acesso da população negra ao ensino superior e à pós-graduação *stricto sensu*, a presença negra nesses espaços ainda permanece limitada, sobretudo nos níveis mais elevados da carreira acadêmica e nos cargos de docência universitária. Tal realidade evidencia que o acesso formal à universidade, apesar de representar importante conquista política e social, não assegura condições efetivas de permanência, pertencimento, legitimidade e ascensão acadêmica. O racismo institucional permanece operando de maneira velada por meio da sub-representação docente, da invisibilidade epistemológica, da desvalorização da produção intelectual negra e da permanência de currículos estruturados a partir de referenciais predominantemente eurocêntricos.

As reflexões desenvolvidas ao longo das seções anteriores permitiram compreender que a exclusão da população negra da centralidade acadêmica não decorre da ausência de mérito ou capacidade intelectual, mas da manutenção de estruturas históricas de poder responsáveis por legitimar determinados sujeitos, saberes e epistemologias em detrimento de outros. Nesse contexto, a invisibilidade dos intelectuais negros na universidade revela a persistência de mecanismos seletivos de validação científica que privilegiam referenciais hegemônicos e dificultam o reconhecimento de produções intelectuais negras como parte legítima da construção do conhecimento científico.

O conceito de epistemicídio, discutido por Sueli Carneiro, mostrou-se fundamental para compreender como a negação sistemática da produção intelectual negra se manifesta no ambiente acadêmico, seja pela ausência de autores negros nos currículos universitários, pela baixa representatividade em bancas, grupos de pesquisa e programas de pós-graduação, seja pela resistência institucional à incorporação de epistemologias não eurocentradas. Dessa forma, constatou-se que a democratização da universidade exige não apenas ampliação da diversidade numérica, mas também profundas transformações epistemológicas, pedagógicas e institucionais.

Diante desse cenário, conclui-se que a construção de uma educação superior efetivamente democrática requer mais do que políticas pontuais de inclusão. Torna-se necessária a implementação de mudanças estruturais nas instituições de ensino superior, envolvendo o fortalecimento das políticas de permanência estudantil, a ampliação da representatividade docente negra, a revisão crítica dos currículos, a valorização de epistemologias plurais e a consolidação de práticas institucionais comprometidas com o enfrentamento do racismo estrutural. Nesse sentido, a universidade precisa consolidar-se não apenas como espaço de acesso formal, mas como ambiente de pertencimento, reconhecimento e legitimidade da diversidade racial e intelectual brasileira.

Por fim, compreende-se que discutir a permanência da população negra na pós-graduação implica refletir sobre o próprio projeto de democracia, cidadania e justiça social que se

pretende construir no Brasil. A diversidade racial na educação superior não se restringe a uma demanda identitária, mas constitui condição fundamental para a democratização do conhecimento, para o fortalecimento da produção científica e para a construção de uma sociedade mais plural e socialmente comprometida. Enquanto as estruturas acadêmicas permanecerem atravessadas por desigualdades raciais, a efetivação da justiça social continuará representando um dos principais desafios da educação brasileira contemporânea.

REFERÊNCIAS

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón. **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

CARNEIRO, Sueli. **A construção do outro como não-ser**. São Paulo: Selo Negro, 2005.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. Relatório de Avaliação da Pós-Graduação Brasileira. Brasília, DF: CAPES, 2022.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro**. São Paulo: Boitempo, 2019.

CRENSHAW, Kimberlé. Demarginalizing the intersection of race and sex. **University of Chicago Legal Forum**, Chicago, v. 1989, n. 1, p. 139-167, 1989.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo**. Petrópolis: Vozes, 2011.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis: Vozes, 2017.

HERINGER, Rosana. **Desigualdades raciais e ação afirmativa no ensino superior**. Rio de Janeiro: Garamond, 2021.

hooks, bell. Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2023. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Censo da Educação Superior 2022. Brasília, DF: INEP, 2022.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala**. São Paulo: Pólen, 2019.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**: identidade nacional versus identidade negra. Petrópolis: Vozes, 1999.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. **Educação das relações étnico-raciais nas instituições escolares**. Brasília, DF: MEC/SECAD, 2007.